



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE DE ATOS
RECORTE DE JORNAL

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2013 JORNAL DA CIDADE

ZONA NORTE E SUL

Mudança de hospital para UPA já preocupa

A transformação dos hospitais municipais Fernando Franco e Nestor Piva em Unidades de Pronto Atendimento (UPA) foi discutida em uma audiência no Ministério Público Estadual (MPE) na manhã de ontem. Segundo a promotora de Justiça, Euza Missano, existe uma preocupação quanto a isso por parte dos profissionais da saúde, pois a medida implica no fechamento de portas para pacientes clínicos. “O paciente terá que ir para algum lugar. O município vai fazer o quê? Aumentar a demanda do Huse (Hospital de Urgência de Sergipe)? Isso não pode acontecer. O município tem que disponibilizar os leitos de retaguarda para que esses pacientes possam ser transferidos após estabilização”, disse.

Segundo os médicos e outros profissionais da saúde que atuam nas duas unidades e que estavam presentes na audiência, essa redefinição da identidade jurídica do Nestor Piva e Fernando Franco, se voltam a ser transformadas em UPAs, ou não, já está prejudicando a assistência aos pacientes. “Para serem transformadas em UPA, essas duas unidades têm que ter a permanência do paciente 24 horas. Estabiliza o paciente e tem que estar à disposição leitos de retaguarda. Então esses pacientes têm que sair dessas unidades e ir para leitos de retaguarda, seja pacientes críticos e não críticos. Todos os profissionais são unânimes em nos informar sobre as dificuldades sobre as definições dessas unidades”, afirmou.

Euza Missano disse que ficou claro que há problemas pontuais no próprio recebimento dos pacientes nessas duas unidades. “Há problemas evidentes nesse procedimento administrativo e que infelizmente nós não avançamos para uma composição”, lamentou. Por conta disso o MPE irá judicializar uma nova ação civil, pedindo ao Judiciário que possa efetivamente fazer com que os pacientes da rede municipal tenham assistência em leitos definidos. “Não adianta manter um paciente por sete, 10, 15 dias numa unidade como o Fernando Franco e Nestor Piva em um leito crítico onde ele não vai ter a assistência necessária. Os exames laboratoriais são imprescindíveis, os pacientes precisam ter o cuidado necessário”, declarou.

O serviço de ultrassonografia, que também é outro serviço indispensável para os pacientes com o abdômen agudo, por exemplo, também não está em pleno funcionamento. “São pacientes que precisam ser estabilizados e que não encontram vaga na rede de urgência e emergência, como no Huse, por exemplo. Eles têm que passar por esse exame e o serviço não funciona 24 horas dentro da unidade”, ressaltou. Segundo a promotora, as dificuldades encontradas pelos profissionais de saúde nessas duas unidades serão apresentadas na ação civil “para que a gente consiga saná-las”, frisou.

MPE atento ao Samu

Com relação ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), Euza Missano informou que há necessidade da criação de uma central de urgência de regulação de leitos para os pacientes de urgência e emergência. “O Samu quando ele busca um paciente, já deverá saber para onde encaminha-lo e ao mesmo tempo, sendo estabilizado o paciente, o Samu deverá saber para onde ele será levado”, explicou, deixando claro que essa não é uma responsabilidade do Samu.

“É uma responsabilidade de uma central de regulação do Estado que deverá funcionar em cogestão com o município de Aracaju, atendendo a gestão de leitos de cada unidade hospitalar. Então, quando nós tivermos toda essa engrenagem, aí sim teremos definições para o paciente e para a vaga do paciente. O que não podemos é ter o paciente perdido na rede, principalmente um que necessite de um leito crítico”, explicou. Euza Missano também se posicionou com relação ao fechamento dos 15 leitos de enfermaria da pediatria do Fernando Franco. “Vamos ajuizar uma ação para a regularização para que o município possa, ou ampliar o número de leitos, ou recepcionar esses pacientes porque o que existe atualmente é uma insuficiência de leitos para a assistência ao paciente crítico e não crítico da rede municipal”, explicou.

Pediatria

Após a audiência sobre as definições da identidade do Fernando Franco e Nestor Piva, Euza Missano se reuniu com representantes da pediatria de Sergipe. “Estou me reunindo com os profissionais, os pediatras do Fernando Franco, que vêm apresentar suas dificuldades ao Ministério Público. Ficamos aguardando essa reunião de hoje para fe-

charmos um diagnóstico do problema e apresentarmos ao poder judiciário para que seja encontrada uma solução pelo município para absorver esses pacientes que são efetivamente da rede de Aracaju”, detalhou, referindo-se ao fechamento da Ação Civil Pública.

A presidente do Sindicato dos Pediatras de Sergipe, Glória Tereza Lopes, disse que a preocupação maior da categoria está relacionada aos atos administrativos dos gestores, que não levam em conta a assistência aos pacientes. “É o inverso do que se espera de uma gestão responsável, que se deve pensar primeiro na assistência do paciente e só então buscar uma ação administrativa que provoque mudança. O município de Aracaju fechou 15 leitos de internamento que já existiam e estavam ocupados por crianças, antes de garantir o acesso dessas crianças em outro local”, lamentou.

Glória Tereza informou ainda que deve ser levado em consideração o fato de existir épocas de alto fluxo e baixo fluxo. “Um hospital, um serviço decente tem que estar aberto para oferecer um serviço de qualidade o tempo inteiro e para isso tem que ter os leitos para essas épocas de sazonalidade, que são as de alto fluxo como agora pois a gente está no inverno, época de chuvas. Agora vamos ter serviços mais lotados, mais internações por pneumonia, asma, gastroenterite, etc, em todos os serviços”, explicou, acrescentando que além de diminuir o número de leitos de internamento, os gestores da saúde do município de Aracaju também querem reduzir o número de plantonistas. “Isso acontecerá em todas as unidades. Querem diminuir o número de pediatras, clínicos, cirurgiões no serviço. Mais uma vez isso vai impactar em desassistência”.